



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

Av. Angelo Guberti, 585 - Cx. Postal 30 Fone FAX (027) 3723-2323 CGC: 27.485.069/0001-09

CEP 29702-900 - Colatina - ES Fax: (027) 3723-3530 Ins. Est.: 080.873.33-6

E-Mail: sfm@colim.com.br

RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

ACIONISTAS		C.P.F./C.G.C.	AÇÕES				TOTAL DE AÇÕES	%	R\$				TOTAL	%
			ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAP. SOCIAL	
			NOMINATIVAS	%	NOMINATIVAS	%			NOMINATIVAS	%	NOMINATIVAS	%	R\$	
01	ARTHUR ARPINI COUTINHO	014.479.367-68	39.860	1,36	211.874	14,27	251.734	5,69	295.763,86	1,36	1.572.118,82	14,27	1.867.882,68	5,69
02	DARCY ARPINI	014.655.117-68	2.949	0,10	9.827	0,66	12.776	0,29	21.881,78	0,10	72.916,98	0,66	94.798,76	0,29
03	MARCOS BARBIERI COUTINHO	953.188.107-30	248.306	8,45	45.066	3,04	293.372	6,63	1.842.447,06	8,45	334.392,65	3,04	2.176.839,71	6,63
04	HENRIQUE BARBIERI COUTINHO	858.295.287-20	248.306	8,45	45.066	3,04	293.372	6,63	1.842.447,06	8,45	334.392,65	3,04	2.176.839,71	6,63
05	MARIA STELLA COUTINHO BENNESBY	926.316.657-91	187.699	6,39	45.065	3,03	232.764	5,26	1.392.739,08	6,39	334.385,22	3,03	1.727.124,30	5,26
06	RENATA BARBIERI COUTINHO	014.302.167-27	187.698	6,39	45.065	3,04	232.763	5,26	1.392.731,66	6,39	334.385,22	3,04	1.727.116,88	5,26
07	SILVESTRE FRITTOLO COUTINHO	034.069.205-78	39.657	1,35	981	0,07	40.638	0,92	294.257,58	1,35	7.279,08	0,07	301.536,66	0,92
08	ALDENORA DE AZEVEDO MATTOS	578.277.537-87	-	-	489	0,03	489	0,01	-	-	3.628,41	0,03	3.628,41	0,01
09	GRÁFICA COMERCIAL LTDA	27.371.780/0001-32	-	-	1.964	0,13	1.964	0,05	-	-	14.573,01	0,13	14.573,01	0,05
10	BELMIRO SAVIATO	071.774.377-20	-	-	3.510	0,24	3.510	0,08	-	-	26.044,43	0,24	26.044,43	0,08
11	DJALMA NARDI DE MORAES	071.774.297-00	-	-	3.510	0,24	3.510	0,08	-	-	26.044,43	0,24	26.044,43	0,08
12	ANGELO ARPINI COUTINHO	049.155.187-87	760.593	25,89	502.836	33,87	1.263.429	28,57	5.643.650,73	25,89	3.731.075,74	33,87	9.374.726,47	28,57
13	MOACYR VILLELA VIEIRA	096.140.607-00	-	-	3.510	0,24	3.510	0,08	-	-	26.044,43	0,24	26.044,43	0,08
14	ANGELO ANDRÉ BOSI	071.701.147-04	17.204	0,59	33.627	2,26	50.831	1,15	127.654,83	0,59	249.514,52	2,26	377.169,35	1,15
15	JOSÉ FRANCISCO MAFRA	196.053.157-34	-	-	1.753	0,12	1.753	0,04	-	-	13.007,37	0,12	13.007,37	0,04
16	LOURENÇO BOSI	071.767.407-04	113	-	-	-	113	-	838,47	-	-	-	838,47	-
17	TÂNIA LÚCIA MENEGATTI	875.018.057-68	224	0,01	-	-	224	0,01	1.662,09	0,01	-	-	1.662,09	0,01
18	VIRGINIA COUTINHO C.SILVA	025.364.367-80	301.819	10,27	232.536	15,67	534.355	12,08	2.239.517,09	10,27	1.725.432,20	15,67	3.964.949,29	12,08
19	LUIZ FELIPE COELHO DA SILVA	011.188.627-91	299.361	10,19	29.639	1,99	329.000	7,44	2.221.278,56	10,19	219.923,30	1,99	2.441.201,86	7,44
20	ARMINDA COUTINHO ALVES	943.547.821-20	601.160	20,46	262.173	17,66	863.333	19,52	4.460.647,25	20,46	1.945.340,67	17,66	6.405.987,92	19,52
21	RICARDO COUTINHO ALVES	297.757.101-97	15	-	-	-	15	-	111,30	-	-	-	111,30	-
22	VIVIANE COUTINHO ALVES	186.527.431-34	12	-	-	-	12	-	89,04	-	-	-	89,04	-
23	BRIGITTE HENLE	027.640.437-83	-	-	737	0,05	737	0,02	-	-	5.468,59	0,05	5.468,59	0,02
24	ANNEMARIE HENLE	215.880.077-15	-	-	737	0,05	737	0,02	-	-	5.468,59	0,05	5.468,59	0,02
25	HANS ANTON HENLE	017.630.249-20	-	-	737	0,05	737	0,02	-	-	5.468,59	0,05	5.468,59	0,02
26	KLAUS DIETER HENLE	215.600.567-20	-	-	739	0,05	739	0,02	-	-	5.483,43	0,05	5.483,43	0,02
27	HUMBERTO LUIZ GAMA SCARTON	317.934.107-63	984	0,04	984	0,07	1.968	0,05	7.301,35	0,04	7.301,34	0,07	14.602,69	0,05
28	ELIZABETH Mª. SCARTON BUCHER	005.131.607-28	984	0,03	983	0,07	1.967	0,04	7.301,35	0,03	7.293,92	0,07	14.595,27	0,04
29	MARGARETH Mª. SCARTON BADINO	513.584.686-72	983	0,03	984	0,06	1.967	0,04	7.293,93	0,03	7.301,34	0,06	14.595,27	0,04
TOTAL GERAL			2.937.927	100,00	1.484.392	100,00	4.422.319	100,00	21.799.614,07	100,00	11.014.284,93	100,00	32.813.899,00	100,00

Colatina-ES, 01 de novembro de 2007

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A

ANGELO ANDRÉ BOSI
DIRETOR

Eleomar Antonio Margotto
CONTADOR CRC-ES 7076
CPF 243.676.977-72



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas.: o Balanço Patrimonial, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas na sede social para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários, ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Colatina-ES, 9 de março de 2007. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (Em milhares de reais)

ATIVO	2006	2005	PASSIVO	2006	2005
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	23.959	18.706	Fornecedores	5.355	5.522
Consumos, concessões e permissões	14.561	12.201	Folha de pagamento	37	57
Programa emergencial de redução de consumo de energia elétrica - Bônus e Sobretaxa	2	3	Tributos e contribuições sociais	3.321	2.532
Encargo de capacidade emergencial	67	153	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	5.177	6.346
Tributos e contribuições sociais	1.404	883	Empréstimos e financiamentos	1.985	2.835
Outros ativos	1.782	2.840	Obrigações estimadas	1.198	905
Total do circulante	41.775	37.586	Participações estatutárias	1.396	1.247
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Encargos do consumidor a recolher	1.478	1.026
Consumos, concessões e permissões	-	29	Outros passivos	853	238
Efeitos regulatórios PIS/COFINS sem cobertura tarifária	837	2.970	Total do circulante	20.902	20.706
Variação Parcela "A" - CCC	-	2.117	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Outros créditos	1.125	128	Empréstimos e financiamentos	11.713	7.949
Total do realizável a longo prazo	1.962	5.244	Total do exigível a longo prazo	11.713	7.949
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	36.096	25.868	Capital social	30.373	25.873
Total do permanente	36.096	25.868	Reserva de capital	2.945	1.515
TOTAL DO ATIVO	79.833	63.696	Reserva de lucro	3.137	2.508
			Lucros acumulados	10.863	5.147
			Total do patrimônio líquido	47.318	35.043
			TOTAL DO PASSIVO	79.833	63.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais, exceto juros e dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2004	43.500	358	3.274	3.992	51.124
Cisão Parcial c/c AGE 28/07/2005	(17.627)	-	-	-	(17.627)
Parte do Capital Social transf. p/ Santa Maria Participações S/A	-	-	-	-	-
IRPJ, IRLR e Redução transf. p/ Santa Maria Participações S/A	-	(240)	-	-	(240)
Incentivos Fiscais Funes transf. p/ Santa Maria Participações S/A	-	(448)	-	-	(448)
Incentivos Fiscais FINOR transf. p/ Santa Maria Participações S/A	-	(10)	-	-	(10)
Reserva Legal transf. p/ Santa Maria Participações S/A	-	-	(1.327)	-	(1.327)
Lucros Acumulados transf. p/ Santa Maria Participações S/A	-	-	-	(2.888)	(2.888)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(53)	(53)
Dividendos complementares	-	-	-	(204)	(204)
Incentivo fiscal	-	1.853	-	-	1.853
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.226	11.226
Constituição de reserva legal	-	-	561	-	561
Proposta da administração para distribuição de dividendos:	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,09 por ação)	-	-	-	(4.091)	(4.091)
Dividendos - ações ordinárias (R\$ 0,66 por ação)	-	-	-	(1.644)	(1.644)
Dividendos - ações preferenciais (R\$ 0,66 por ação)	-	-	-	(830)	(830)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	25.873	1.515	2.508	5.147	35.043
Aumento de Capital c/c AGE 28/07/06	4.500	-	-	-	4.500
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(18)	(18)
Incentivo fiscal	-	1.430	-	-	1.430
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.582	12.582
Constituição de reserva legal	-	-	629	-	629
Proposta da administração para distribuição de dividendos:	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,65 por ação)	-	-	-	(2.780)	(2.780)
Dividendos - ações ordinárias (R\$ 0,62 por ação)	-	-	-	(2.298)	(2.298)
Dividendos - ações preferenciais (R\$ 0,62 por ação)	-	-	-	(1.161)	(1.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	30.373	2.945	3.137	10.863	47.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (Em milhares de reais)

	2006	2005
1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	114.847	85.397
1.1) Receitas de Vendas de Energia Elétrica e Serviços	109.126	80.214
1.2) Doações, Contrib. Residencial Baixa Renda	2.082	1.717
1.3) Reposicionamento Tarifário Diferido	3.546	3.475
1.4) Provisão para devedores duvidosos	-	-
- Reversão (Constituição)	(159)	(145)
1.5) Não Operacionais	52	136
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(44.935)	(37.050)
2.1) Custo da Energia Comprada	(37.598)	(30.178)
2.2) Serviços de Terceiros	(4.167)	(3.866)
2.3) Materiais	(2.159)	(2.088)
2.4) Outros Custos Operacionais	(1.011)	(918)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	69.712	48.347
4 - RETENÇÕES	(2.902)	(2.472)
4.1) Quotas de Reintegração	(2.902)	(2.472)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3-4)	66.810	45.875
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.222	5.521
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	0	99
6.2) Receitas Financeiras	4.222	5.422
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	71.032	51.396
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(71.032)	(51.396)
8.1) Pessoal e Encargos	(8.951)	(8.225)
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(48.080)	(30.853)
8.3) Encargos de Dívidas e Juros	(1.731)	(1.570)
8.4) Aluguéis	(290)	(275)
8.5) Juros s/Capital Próprio/Dividendos/Participações	(7.617)	(7.812)
8.6) Lucros Retidos	(8.363)	(4.661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (Em milhares de reais)

	2006	2005
Atividades Operacionais		
Arrecadação	119.909	93.440
Recebimento Subvenção Baixa Renda - Residencial	2.011	1.652
Outros	3.919	4.277
Fornecedores - Materiais e Serviços	(21.369)	(13.977)
Fornecedores - Energia Elétrica	(36.120)	(30.399)
Salários e Encargos Sociais	(4.801)	(4.291)
Impostos e Contribuições	(34.317)	(26.300)
Cisão Parcial - AGE 28/07/2005	-	(12.000)
Outras Despesas	(7.014)	(7.268)
Variação de Caixa das Atividades Operacionais	22.218	5.114
Atividades de Investimentos		
Alienação de Investimentos	126	355
Alienação de Bens e Direitos	-	10
Dividendos Pagos	(2.474)	(2.902)
Aquisição de Imobilizado	(15.897)	(10.237)
Participações Estatutárias	(11.247)	(11.209)
Variação de Caixa das Atividades de Investimentos	(19.292)	(13.983)
Atividades de Financiamentos		
Atividades de Empréstimos e Financiamentos	5.749	5.234
Subvenção Econômica	1.834	1.205
Serviço da Dívida:	(3.284)	(3.160)
Principal	(3.031)	(2.812)
Encargos	(253)	(548)
Variação de Caixa das Atividades de Financiamentos	4.299	3.279
Atividades Não Operacionais		
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	129	136
Outras Receitas	584	440
Outras Despesas	(685)	(416)
Variação de Caixa das Atividades Não Operacionais	28	160
Aumento/Diminuição do Saldo Líquido de Caixa	7.253	(5.430)
Saldo de Caixa no Início do Período	16.706	22.136
Saldo de Caixa no Final do Período	23.959	16.706
Saldo de Caixa no Início do Período	16.706	22.136
Saldo de Caixa no Final do Período	23.959	16.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica	108.493	79.495
Doações, contribuições, subvenções, residencial	2.082	1.717
Reposicionamento tarifário diferido	3.546	3.475
Outras receitas	633	719
Total da receita operacional	114.754	85.406
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão	(551)	(292)
Impostos e contribuições sobre a receita	(34.200)	(22.888)
Total das deduções	(34.751)	(23.180)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	80.003	62.226
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(8.951)	(8.225)
Materiais	(2.159)	(2.088)
Serviços de terceiros	(4.167)	(3.866)
Energia elétrica comprada para revenda	(37.598)	(30.178)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	(4.253)	(2.913)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	(1.376)	(1.792)
Depreciação e amortização	(2.902)	(2.472)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.480)	(1.338)
Total das despesas operacionais	(61.868)	(50.872)

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DOS EFEITOS FINANCEIROS

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

EFEITOS FINANCEIROS

Receitas financeiras

Despesas financeiras

Juros sobre o capital próprio

Resultado operacional

Resultado não operacional

Lucro antes do imposto de renda

Contribuição social, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio

Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de renda

Contribuição social

Participações estatutárias

Reversão dos juros sobre o capital próprio

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido por ação componente do capital social - R\$

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais)

	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações	12.582	11.226
Itens que não representam movimentação de capital circulante:		
Ajustes de exercícios anteriores	(18)	(53)
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	(110)	(778)
Variação monetária sobre exigível a longo prazo	203	760
Depreciação	2.902	2.472
Resultado de equivalência patrimonial	-	(99)
Baixa do ativo imobilizado	167	1.141
Baixa de investimento	-	8.484
Total originado nas operações	15.726	23.133
De acionistas:		
Integralização de capital	4.500	-
De terceiros:		
Incentivos fiscais	1.430	1.853
Contribuições e doações de consumidores	2.399	1.835
Financiamentos obtidos	5.749	5.234
Redução do realizável a longo prazo	1.185	538
Transferência de realizável a longo prazo para o circulante	2.227	1.360
Total das origens de recursos	33.198	33.973
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento de investimento	-	296
Aquisição de ativo imobilizado	15.897	10.237
Transferências p/certo prazo de parcelas de empréstimos a longo prazo	2.187	2.894
Aumento do realizável a longo prazo	-	1.880
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.219	6.769
Redução Capital Social - Cisão Parcial c/c AGE 28/07/2005	-	17.627
Redução de Reservas - Cisão Parcial c/c AGE 28/07/2005	-	4.711
Total das aplicações de recursos	24.103	44.394
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	9.093	(10.421)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:		
Ativo circulante:		
No início do exercício	32.586	37.906
No fim do exercício	41.775	32.586
Passivo circulante:		
No início do exercício	20.706	15.605
No fim do exercício	20.802	20.706
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	9.093	(10.421)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (doravante referida como Santa Maria ou Companhia), constituída em 10 de setembro de 1959, é uma sociedade de capital fechado na condição de concessionária do serviço público de energia elétrica, e tem como objetivo principal a geração e distribuição de energia elétrica. Sua atuação abrange a área de 11 municípios do Estado do Espírito Santo. A Companhia gera e transmite cerca de 3,52% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 96,48% restantes de sua energia distribuída são adquiridos da Eselsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

A Santa Maria, com sede em Colatina - ES, tem contrato de concessão de geração e distribuição junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assinado em fevereiro de 1999, com vencimento em julho de 2015, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas por aquele órgão.

A área de concessão reagrupada nos termos do art. 22 da Lei nº 9.074/95 compreende os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

	Nº Consumidores por Conjunto	2006	2005
Conjunto de Consumidores			
Água Branca		4.816	4.211
Alto Rio Novo		2.509	2.179
Centro - Colatina (exceto distrito de Itapina)		35.369	34.691
Mariápolis		3.117	2.933
Pancas		5.509	5.092
Sul - São Roque do Canaã e Santa Teresa (exceto a sede e o distrito de Alto Santa Maria)		5.299	4.978
São Domingos do Norte		2.367	2.189
São Gabriel da Palha		7.624	7.084
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)		3.504	3.211
Governador Lindenberg		3.497	3.129
TOTAL		73.431	69.697

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Através da Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, foi instituído o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujas normas inseridas através do Plano de Contas, Instruções Contábeis e do Relatório de Divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, estão sendo aplicadas compulsoriamente pelas concessionárias e permissionárias desde 1º de janeiro de 2002.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

(a) Aplicações financeiras - São registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.
(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias - Referem-se a créditos de fornecimento de energia elétrica e revenda.

Continua >>>



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Obrigações vinculadas à concessão

	2006	2005
Reserva para Reversão (1)	324	324
Contribuições de consumidores (2)	15.238	12.839
Doações e subvenções	5	5
Total	15.567	13.168

(1) O saldo é proveniente da "Reserva para Reversão" constituída até 1971 e foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público de energia elétrica.

(2) As Contribuições de Consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros da Companhia.

NOTA 12 - FORNECEDORES:

	2006	2005
Suprimento e transmissão de energia:		
Eselsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	3.928	3.406
Faturamento de energia elétrica	1.427	2.116
Materiais e serviços	5.355	5.522
Total	5.355	5.522

As faturas da ESELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. são emitidas para serem quitadas em 3 (três) parcelas com vencimentos para 15, 25 e 35 dias, gerando um prazo médio de pagamento de 25 dias.

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

Os saldos de empréstimos e financiamentos nas datas dos balanços compreendem principalmente: (a) contratos de abertura de crédito fixo com repasse do FINAME, a serem utilizados na aquisição de equipamentos, e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinado a prover recursos de capital de giro correspondentes a aproximadamente 90% da recomposição tarifária extraordinária, de acordo com o estabelecido no Acordo Geral do Setor Elétrico. Para esses empréstimos foram concedidas garantias na forma de alienação fiduciária dos bens (FINAME) e faturamentos futuros (BNDES); e (b) abertura de crédito pela ELETROBRAS, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia.

A composição dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	2006	2005
Atualização		
Moeda nacional		
HSBC Bank		
Brasil S/A	TJLP + 3,5% e 4,25% a.a.	49
Eletrobras	RGR + 5% a.a. e 1% a.a.	944 11.404
Banco Itaú S/A	TJLP + 2,3% a.a.	20 309
BNDES	SELIC + 1% a.a.	1.021 - 2.039 1.020
Total	1.965 11.713	2.835 7.949

Em 31 de dezembro de 2006, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos a longo prazo tinham os seguintes vencimentos:

Ano	Valor
2008	1.262
2009	1.262
2010	1.263
2011	1.262
2012	1.200
2013	1.200
2014	1.200
2015	1.200
2016	1.025
2017	779
Total	11.713

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social da Companhia está representado por ações, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/classe	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	2.798.511	20.178	2.479.797	17.189
Preferenciais	1.413.952	10.195	1.252.922	8.684
Valor patrimonial por ação (RS)	4.212.463	30.373	3.732.719	25.873

As ações preferenciais não possuem direito a voto. No entanto, conferem aos seus possuidores dividendos mínimos obrigatórios de 8% sobre o valor nominal, nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias.

Do resultado do exercício, após a dedução das provisões para o imposto de renda e contribuição social, será destinada uma cota de até 10% para gratificação à Diretoria, e o saldo terá a seguinte destinação:

- Constituição da reserva legal em 5% até o limite de 20% do capital social; e
- Pagamento de 25% de dividendos às ações ordinárias.

NOTA 15 - DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do estatuto social. Conforme o Capítulo III, do Estatuto Social da Santa Maria, anualmente, nos quatro (4) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	12.582	11.226
Constituição de reserva legal	(629)	(561)
Total	11.953	10.665

Dividendos mínimos obrigatórios:

Ações ordinárias (2006 - R\$ 0,82 por ação/2005 - R\$ 0,66 por ação)	2.298	1.644
Ações preferenciais (2006 - R\$ 0,82 por ação/2005 - R\$ 0,66 por ação)	1.161	830
Total	3.459	2.474

Dividendos complementares:

Juros sobre o capital próprio, líquido do IRRF (RS 0,55 por ação em 2006 e RS 0,93 por ação em 2005)	2.346	3.477
Total dos dividendos mínimos e complementares	5.805	5.951

Os juros sobre o capital próprio foram calculados observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2005 e foram atribuídos aos dividendos, pelo valor líquido do imposto de Renda na Fonte, para todos os fins legais.

NOTA 16 - ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

RECEITA COM FORNECIMENTO DE ENERGIA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	2006	2005	2006	2005	2006	2005
	Número de consumidores	MWh	RS			
Classe de consumidores						
Residencial	32.598	31.961	66.218	64.621	34.350	28.117
Residencial - Baixa Renda	15.924	14.838	13.633	12.292	4.352	3.228
Industrial	913	902	80.653	54.372	22.729	16.093
Com. Serv. e outras atividades	6.007	5.825	50.888	48.059	25.567	19.660
Rural	17.099	15.327	77.310	57.403	17.402	11.429
Poder Público	694	628	9.333	8.278	4.468	3.141
Iluminação Pública	43	42	10.833	10.240	2.701	2.138
Serviço Público	120	119	8.948	8.647	3.062	2.328
Consumo próprio	35	35	489	498	-	-
Subtotal	73.431	69.697	298.285	264.406	114.611	86.132
Recuperação de recomposição tarifária extraordinária (faturamento de receita de ano anterior)	-	-	-	-	(4.134)	(3.446)
Reposicionamento Tarifário Diferido - IRT 07/02/06	-	-	-	-	(2.232)	(3.191)
Fornecimento Tarifas Republicadas	-	-	-	-	108.542	79.492
Total Fornecimento de energia	-	-	-	-	2.082	1.717
Reposicionamento tarifário diferido	-	-	-	-	(24.968)	(19.102)
ICMS	-	-	-	-	(551)	(292)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(9.234)	(3.786)
Outros impostos e contribuições	-	-	-	-	833	719
Outros	-	-	-	-	80.003	62.226
Total	73.431	69.697	298.285	264.406	80.003	62.226

ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2006	2005
Suprimento		
ESELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	338.054	37.242
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia Elétrica - PROINFA	356	356
Total	338.054	37.598

SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	2006	2005
Gerção própria	12.248	13.792
Energia registrada	338.054	295.686
Total	348.302	309.478

1) Despesa com Pessoal

	2006	2005
Descrição		
Nº Funcionários	8	151
Remuneração	159	4.307
Encargos Sociais	59	1.587
Total	218	5.944

2) Despesa com Venda

	2006	2005
Descrição		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	152	143
Total	152	143

3) Despesas Administrativas e Gerais

	2006	2005
Descrição		
Pessoal	2.607	2.477
Material	155	187
Serviço Terceiro	2.145	2.002
Depreciação	605	531
Outras Despesas	397	398
Total	5.909	5.595

4) Despesas não Operacionais

	2006	2005
Descrição		
Resultado na venda de bens do Imobilizado	129	121
Total	129	121

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

A conciliação entre a alíquota efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é apresentada como segue:

	2006	2005
Imposto de Renda		
Lucro antes do Imposto de Renda	17.920	11.350
Alíquota Imposto de Renda	15%	15%
Adicional Imposto de Renda	10%	10%
Ações (exclusões)	159	145
Provisões temporariamente não dedutíveis	295	141
Ajustes RTE/PIS/COFINS/CVIA	2.093	(2.307)
Diferenças permanentes (EQP)	-	(99)
Outras exclusões	(358)	(105)
Base de cálculo	20.109	9.125
Imposto de renda (despesas)	5.003	2.257
Contribuição social		
Lucro antes da contribuição social	17.920	11.350
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Ações (exclusões)	159	145
Provisões temporariamente não dedutíveis	291	123
Ajustes RTE/PIS/COFINS/CVIA	2.093	(2.307)
Diferenças permanentes (EQP)	-	(99)
Outras exclusões	(1.805)	(1.314)
Base de cálculo	18.858	7.898
Contribuição social (despesas)	1.697	711

A Sociedade, conservadoramente, não reconhece efeitos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre provisões temporariamente dedutíveis.

NOTA 18 - SEGUROS:

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. Os principais ativos em serviço estão segurados por um montante global de R\$ 23.478.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Período de vigência	Importância assegurada
Incêndio	28/07/06 a 28/07/07	22.278
Responsabilidade Civil Geral	28/07/06 a 28/07/07	1.200
Total		23.478

NOTA 19 - RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS:

As receitas (despesas) financeiras são representadas como segue:

	2006	2005
Receitas:		
Receita de aplicações financeiras	2.407	2.826
Variações Monetárias	679	1.402
Outras Receitas Financeiras	1.136	1.194
Total	4.222	5.422
Despesas:		
Encargos de dívidas	1.032	966
Outras Despesas Financeiras	692	604
Total	1.724	1.570
Receitas (despesas) financeiras - líquidas	2.491	3.852

NOTA 20 - TAXAS REGULAMENTARES:

	2006	2005
Reserva Global de Reversão - RGR	551	292
Conta de Consumo de Combustível - CCC	4.253	2.913
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.376	1.792
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica	171	127
Total	7.351	5.124

NOTA 21 - PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR:

A Santa Maria patrocinadora, em conjunto com seus empregados em atividade, um plano de benefícios complementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, composto de complementos calculados de acordo com o critério de "Benefícios de Risco" - Parte Geral e de "Benefícios de Prazo Programado" - Parte Opcional, do tipo Misto, cuja administração é feita por entidade de previdência privada aberta, o HSBP. A previdência S.A. O plano de benefícios foi constituído em 1º de novembro de 1992. Apesar de a empresa ser patrocinadora de um fundo multipatrocinado, não existe solidariedade financeira entre a empresa e os demais patrocinadores do fundo. A Reserva Matemática garantidora dos benefícios concedidos constituída na data de início do benefício, em nome do participante que se aposentará, deverá ser, no mínimo, equivalente às contribuições vertidas pelo próprio participante, corrigidas monetariamente, de acordo com a variação das cotas patrimoniais descontadas às parcelas das contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco.

As empresas devem contabilizar em suas demonstrações contábeis os passivos oriundos dos benefícios concedidos aos empregados, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 28 do IBRACON. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a empresa não havia efetuado as avaliações atuariais necessárias.

Para o exercício de 2006 e de 2005, a fim de atender a essa exigência, a empresa contratou consultoria externa para a realização de avaliação atuariais dos benefícios previdenciários oferecidos a seus empregados, relativamente aos exercícios de 2001 a 2006.

A seguir os principais resultados da referida avaliação atuária, adotando as regras estabelecidas pelo pronunciamento NPC 28 do IBRACON, conforme exige o item 81, do referido pronunciamento:

	2006	2005
CONCILIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS		
Valor presente das obrigações atuariais	(966.110)	(806.930)
Valor justo dos ativos do plano	2.737.531	2.278.406
Valor presente das obrigações em excesso	1.771.421	1.471.475
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	(3.228.567)	1.998.670
Custo do serviço passado não reconhecido	(96.253)	(96.253)
(Passivo) Ativo atuarial líquido	4.999.588	3.373.882

O ativo atuarial acima demonstrado não foi registrado tendo em vista o disposto no item 49 alínea "a" do pronunciamento NPC 28 do IBRACON. Nos anos de 2001 e 2002, também em conformidade com o referido pronunciamento, foi apurado ativo atuarial líquido.

	2006	2005
CÁLCULO DOS GANHOS (PERDAS)		
Valor do ganho (perda) no início do ano	(1.998.670)	(886.877)
Amortização no ano	78.963	30.252
Ganho (perda) nas obrigações atuariais	752.899	642.354
Ganho (perda) nos ativos do plano	(2.070.679)	(1.790.999)
Ganho (perda) na contribuição do empregado	10.891	8.599
Ganho (perda) no final do ano	(3.228.567)	(1.998.670)
Cálculo do corretor*	273.753	227.840

* 10% do maior entre o patrimônio e o valor da obrigação.

	2006	2005
(DESPESA) / RECEITA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Custo do serviço corrente (com juros)	(88.893)	(88.893)
Juros sobre as obrigações atuariais	(1.065.040)	3.017.854
Rendimento esperado dos ativos do plano	(123.117)	(123.117)
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	1.740.804	30.861
Custo do serviço passado não reconhecido	96.253	96.253
Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida	1.566.211	24.497
Contribuição esperada de participante para o próximo ano	24.497	24.497
Total da (despesa) receita líquida reconhecida	1.590.708	2.007

PREMISSAS ATUARIAS ADOTADAS

	2006	2005
NOS CÁLCULOS		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	0.1024	0.1024
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	0.1024	0.1024
Índice estimado do aumento nominal dos salários	4%	4%
Índice estimado do aumento nominal dos benefícios	4%	4%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	-	-
Tábuas biométricas de sobrevivência	AT 83	AT 49
Tábuas biométricas de mortalidade	CSO 58	CSO 58
Tábuas biométricas de entrada em invalidez	Alvaro	Alvaro
Tábuas biométricas de mortalidade de inválido	Vindas	Vindas
Taxa de rotatividade esperada	Ex-IAPC	Ex-IAPC

Continua >>>



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

CNPJ: 27.485.069/0001-09

>>> Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 - (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

NOTA 22 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu a divulgação, em nota explicativa às demonstrações contábeis, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo, relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não possíveis de serem estimados em termos de valor de mercado;
- Aplicações em fundos de curto prazo e/ou aplicações de renda fixa, de característica de curto prazo, contratadas às taxas de mercado e registrados contabilmente por valores que se aproximam ao valor de mercado; e
- Captações de empréstimos de fontes de financiamento específicas, de fontes oficiais, com o objetivo de financiar aquisição de ativo fixo e recomposição tarifária extraordinária, cujo valor de mercado não se encontra disponível.

NOTA 23 - PRINCIPAIS PONTOS DA REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA E REAJUSTE TARIFÁRIO:

Com base na sub-cláusula sétima da cláusula sétima do contrato de concessão nº 20/99, a ANEEL homologou, pela Resolução nº 31, de 05/02/2004,

publicada no DOU do dia 09/02/2004, ratificada pela Resolução nº 15, de 31/01/2005, publicada no DOU do dia 04/02/2005 os resultados provisórios da primeira Revisão Tarifária da Companhia, apresentando reposicionamento tarifário periódico - RTP de 22,01%. As tarifas de fornecimento, no entanto, foram reposicionadas em 15,02%, com vigência a partir de 07/02/2004. Nos reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2005 a 2007 serão acrescidos à Parcela B de cada ano, parcelas anuais no valor de R\$ 2.813.

Pela Resolução nº 16, de 31/01/2005, publicada no DOU do dia 04/02/2005 a ANEEL homologou o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 14,98%, com vigência a partir de 07/02/2005.

Pela Resolução Homologatória nº 261, de 19/12/2005, publicada no DOU do dia 22/12/2005 a ANEEL homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da ELSM elevando o reposicionamento tarifário periódico - RTP de 22,01% para 28,90%. O reposicionamento das tarifas foram mantidos em 15,02%, com vigência a partir de 07/02/2004.

Pela Resolução nº 290, de 06/02/2006, publicada no DOU do dia 06/02/2006 a ANEEL homologou o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 15,23%, excluídas as alíquotas do PIS e da COFINS, com vigência a partir de 07/02/2006 e nos reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2005 a 2009 serão acrescidos à Parcela B de

cada ano, parcelas anuais no valor de R\$ 3.546, atualizadas na ocasião do respectivo reajuste tarifário anual. Em 05/12/2006 a ELSM solicitou a republicação das tarifas da Resolução Homologatória nº 290/06, considerando a nova metodologia resultante da Audiência Pública nº 013/2006, que recebeu contribuições referentes à metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e das Tarifas de Energia (TE) aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN), cujo mercado próprio seja inferior a 500 GWh/ano, considerando as disposições do Decreto nº 4.541, de 23/12/2002. Considerando essa alteração metodológica, o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica recalculado foi de 15,11%, cujo efeito médio percebido pelos consumidores é de 15,30% a ser aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica da ELSM, resultando em um efeito médio de 29,09% para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 11,61% para os conectados em Baixa Tensão (BT), e pela fixação das novas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, com vigência de 07/02/2006 a 06/02/2007.

Pela Resolução Homologatória nº 431, de 06/02/2007, publicada no DOU do dia 07/02/2007 a ANEEL homologou o IRT - Índice de Reajuste Tarifário das tarifas de fornecimento de energia elétrica em 14,56%, sendo 11,35% relativos ao reajuste tarifário anual e 3,22% relativos aos componentes financeiros externos ao reajuste, com vigência a partir de 07/02/2007.

NOTA 24 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR ATIVIDADE:

	2006			2005		
	Geração	Distribuição	Total	Geração	Distribuição	Total
RECEITA OPERACIONAL	1.357	113.327	114.784	1.407	83.922	85.426
Fornecimento de energia elétrica	1.357	107.136	108.493	1.407	78.085	79.495
Doações Contrib. Resid. Baixa Renda	-	2.082	2.082	-	1.717	1.717
Reposicionamento Tarifário Diferido	-	3.546	3.546	-	3.475	3.475
Outras receitas	-	633	633	-	719	719
Deduções à receita operacional	(131)	(34.820)	(34.751)	(138)	(23.044)	(23.180)
Quota p/ a reserva global de reversão	-	(551)	(551)	-	(292)	(292)
Impostos e contribuições s/ a receita	(131)	(34.089)	(34.200)	(138)	(22.752)	(22.888)
Receita operacional líquida	1.228	78.777	80.003	1.271	60.955	62.226
DESPESA OPERACIONAL	(295)	(61.571)	(61.866)	(387)	(50.505)	(50.872)
Pessoal	(218)	(8.733)	(8.951)	(222)	(8.003)	(8.225)
Material	(2)	(2.157)	(2.159)	(3)	(2.085)	(2.088)
Serviços de terceiros	(39)	(4.128)	(4.167)	(106)	(3.760)	(3.866)
Energia elétrica comprada p/revenda	-	(37.242)	(37.242)	-	(30.178)	(30.178)
Quota p/conta consumo combustível	-	(4.253)	(4.253)	-	(2.913)	(2.913)
Conta Desenv. Energético - CDE	-	(2.376)	(2.376)	-	(1.792)	(1.792)
Depreciação e amortização	(22)	(2.880)	(2.902)	(22)	(2.450)	(2.472)
Outras despesas operacionais	(14)	(1.802)	(1.818)	(14)	(1.324)	(1.338)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DOS EFEITOS FINANCEIROS	931	17.206	18.137	904	10.450	11.354
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	99
EFETOS FINANCEIROS	-	(269)	(269)	-	(239)	(239)
RESULTADO OPERACIONAL	931	16.937	17.868	904	10.211	11.214
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	52	52	-	136	136
LUCRO ANTES IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÕES E REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	931	16.989	17.920	904	10.347	11.350
Imposto de Renda e Contribuição Social	(348)	(8.352)	(8.700)	(256)	(2.712)	(2.968)
Participação estatutárias	(73)	(1.325)	(1.398)	(107)	(1.140)	(1.247)
Reversão dos juros sobre capital próprio	143	2.817	2.760	352	3.739	4.091
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	653	11.929	12.582	893	10.234	11.226
Lucro por ação - R\$	0,16	2,83	2,99	0,24	2,74	3,01

A Companhia mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre produção e distribuição, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações do Resultado Segregado por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais foi adotado o seguinte critério: A receita de produção para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Distribuição.

Para segregação das despesas, foram adotados os seguintes critérios:

- Deduções às Receitas - exceto quanto ao ICMS, que incide somente sobre a atividade de Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade; e

- Despesas operacionais - as despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

As Participações Estatutárias foram alocadas proporcionalmente a cada atividade. Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns.

A Demonstração de Resultado acima referida foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanços Patrimoniais Ativos e Passivos e as Mutações do Patrimônio Líquido. Desta forma, a referida Demonstração não representa necessariamente a Demonstração do Resultado de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

NOTA 25 - ALTERAÇÕES NO MODELO DO SETOR ELÉTRICO:

A Lei nº 10.847 e 10.848 da Presidência da República de 15/03/2004, instituiu o novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro. As principais mudanças podem ser resumidas como segue:

- A criação de três novos organismos (Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE e Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica - CCEE), que centralizarão o planejamento e o monitoramento da expansão da geração e da transmissão, além da administração do mercado.

- A definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destacamos:

- A expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração).

- A coexistência de dois ambientes de contratação: livre (ACL) e o regulado (ACR).

- A orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia para consumidores cativos (com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica).

- A proibição do "self dealing" (contratos com partes relacionadas).

- Novas regras para a migração e a retratação de consumidores livres.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo		2006 Valor (Mil reais)		2005 Valor (Mil reais)	
Receita líquida (RL)			80.003		82.226
Resultado operacional (RO)			17.868		11.214
Folha de pagamento bruta (FPB)			6.134		5.422
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	Valor (mil)	% sobre FPB
Alimentação		89	1,45%	62	1,01%
Encargos sociais compulsórios		2.260	36,84%	2.022	32,98%
Previdência privada		227	3,70%	205	3,33%
Saúde		0	0,00%	0	0,00%
Segurança e medicina no trabalho		5	0,08%	4	0,07%
Educação		0	0,00%	0	0,00%
Cultura		0	0,00%	0	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		23	0,37%	4	0,07%
Creches ou auxílio-creche		0	0,00%	0	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		0	0,00%	0	0,00%
Outros - Vale Transporte		52	0,85%	40	0,64%
Total - Indicadores sociais internos		2.658	43,30%	2.337	37,96%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	Valor (mil)	% sobre RO
Educação		0	0,00%	0	0,00%
Cultura		0	0,00%	0	0,00%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0	0,00%
Esporte		0	0,00%	0	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0	0,00%
Outros		5	0,03%	0	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		5	0,03%	0	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)		15.843	88,67%	8.250	46,25%
Total - Indicadores sociais externos		15.848	88,70%	8.250	46,25%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	Valor (mil)	% sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		0	0,00%	0	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		0	0,00%	0	0,00%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a

() não possui metas () cumpre de 51 a 71%
() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%

() não possui metas () cumpre de 51 a 71%
() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%

Continua >>>



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

>>> Continuação

CNPJ: 27.485.069/0001-09

5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	311			266		
Nº de admissões durante o período	62			42		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	127			97		
Nº de estagiários(as)	1			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	95			81		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13			12		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0			0		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	22			18		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0			0		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	5			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,00			20,00		
Número total de acidentes de trabalho	1			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	(X) não se envolve	() sugere as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolverá	() sugerirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(X) não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 154	no Procon 0	na Justiça 02	na empresa 75	no Procon 02	na Justiça 03
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 82,00%	no Procon 100,00%	na Justiça 50,00 %	na empresa 100,00%	no Procon 100,00%	na Justiça 100,00%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006 R\$ mil 71.032			Em 2005 R\$ mil 51.396		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	67,69% governo 9,79% colaboradores(as) 10,72% acionistas 2,84% terceiros 8,96% retido			60,03% governo 12,11% colaboradores(as) 15,20% acionistas 3,59% terceiros 9,07% retido		
DIRETORIA:						
ARTHUR ARPINI COUTINHO Diretor Presidente		ANGELO ARPINI COUTINHO Diretor Vice-Presidente		ANGELO ANDRÉ BOSI Diretor		ELEOMAR ANTONIO MARGOTTO Contador CRC-ES 7076/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo 3 abaixo, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A empresa registra a receita com o fornecimento de energia elétrica, com base na data de emissão das faturas a seus consumidores, não incluindo o montante de energia fornecida e não faturada até a data do balanço. Não foi possível estimar o montante da receita líquida não registrada em 31 de dezembro de 2006 e de 2005.
4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo 3 acima, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. As informações complementares compreendidas pelas demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, publicadas com o propósito de permitir análises adicionais, embora não requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária brasileira, foram por nós examinadas de

acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis da companhia tomadas em conjunto.
6. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº 14, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre outros assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos desta regulamentação sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações da empresa estão divulgados na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis.

Colatina, 9 de março de 2007

BOUCINHAS & CAMPOS SOTECOM
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-ESToshio Nishio
Contador-CRC-SP-104.690/O-S-ES

Protocolo 18318

Endereços e telefones de **HOSPITAIS e MATERNIDADES PÚBLICAS** de todo o Estado, você encontra no portal do Governo do Estado do Espírito Santo.

Acesse www.es.gov.br e clique na opção **CIDADÃOS**.

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado

Passo a passo para abrir uma empresa.

Confira acessando **EMPRESAS** em www.es.gov.br

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado

Mapas do Espírito Santo?

Acesse a opção **Espírito Santo** em www.es.gov.br e conheça o mapa rodoviário, hidrográfico, microrregiões...

UM NOVO
ESPÍRITO SANTO
Governo do Estado